



DESENVOLVIMENTO REGIONAL NA ÁREA DE FRONTEIRA AMAZÔNICA A PARTIR DA INSTALAÇÃO DAS ÁREAS DE LIVRE COMÉRCIO

**Nilda dos Santos Santos
Rosalina Alves Nantes
Gleimiria Batista Costa
Fabio Cassara
Josmar Almeida Flores**

Resumo

O conceito de desenvolvimento remonta a teoria clássica da economia e se reveste de diversas outras vertentes ao longo dos anos. No Brasil, muitas políticas públicas instituídas pelo Governo Federal buscavam promover o desenvolvimento do país, como é o caso criação da Zona Franca de Manaus que visava promover o desenvolvimento da região norte de forma sustentável. De igual forma, foram criadas Áreas De Livre Comércio – ALCs descentralizadas, como é o caso de Guajará-Mirin, como estratégias territorial e desenvolvimentista. O objetivo deste artigo é analisar o desenvolvimento regional de Guajará-Mirin e verificar sua relação com a institucionalização da Área de Livre Comércio, tendo como variáveis de pesquisa os Índices De Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM, Índice de Educação, Índice de Renda e Índice de Trabalho. Busca-se responder o seguinte questionamento: a instalação da Área de Livre Comércio em Guajará-Mirin contribuiu para o desenvolvimento regional? Para responder o problema de pesquisa, recorre-se às principais abordagens teóricas acerca do desenvolvimento regional e as políticas públicas relacionadas ao tema, com destaque para os estudos fornecido por MYRDAL (1957), BALDWIN (1979), BARQUERO (1995), AMARAL FILHO (1999), SOUZA, (1999, 2005, 2009), CABUGUEIRA (2007), FREY (1997), entre outros.

Palavras-chave: Desenvolvimento Regional, Políticas Públicas, Zona Franca.

1 INTRODUÇÃO

Quando se busca compreender políticas públicas de desenvolvimento de fronteiras, o principal enfoque é dado à responsabilidade da esfera federal em apresentar soluções, até mesmo pela sua competência constitucional. O conceito de desenvolvimento, de acordo com as teorias clássicas, pode ser medido pelo aumento de indicadores econômicos, melhoria em infraestrutura, melhor distribuição de renda e aumento nos índices de bem-estar da população.

É fato que no Brasil, determinadas regiões avançaram mais em detrimento as outras, como é o caso da região norte. A análise teórica do desenvolvimento desigual fornece base para compreender tal fenômeno e analisar suas variáveis, mesmo com o aporte de políticas públicas que favoreçam o desenvolvimento. Muitas vezes fatores endógenos são tidos como os elementos essenciais para que determinada região evolua.

No norte do país, uma das estratégias para potencializar o desenvolvimento sustentável foi a criação da Zona Franca de Manaus e depois a sua descentralização para algumas regiões estratégicas. Nesse contexto, o Governo Federal criou as Áreas



de Livre Comércio descentralizadas para a promover o desenvolvimento das fronteiras internacionais na Amazônia Ocidental, de forma a buscar a integração ao restante do país, através de incentivos fiscais semelhantes aos aplicados na Zona Franca de Manaus. Uma das ALCs criadas foi instituída no município de Guajará-Mirin, estado de Rondônia.

Neste viés, este artigo tem o objetivo de analisar o desenvolvimento regional de Guajará-Mirin e verificar sua relação com a institucionalização da Área de Livre Comércio, tendo como variáveis de pesquisa os Índices De Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM, Índice de Educação, Índice de Renda e Índice de Trabalho. Busca-se responder o seguinte questionamento: a instalação da Área de Livre Comércio em Guajará-Mirin contribuiu para o desenvolvimento regional?

Na busca por responder ao problema de pesquisa, recorre-se às principais abordagens teóricas acerca do desenvolvimento regional e as políticas públicas relacionadas ao tema, em sua maioria constituída por legislações, planos e programas de governo. No campo teórico destaca-se o entendimento fornecido por MYRDAL (1957), BALDWIN (1979), BARQUERO (1995), AMARAL FILHO (1999), SOUZA, (1999, 2005, 2009), CABUGUEIRA (2007), entre outros.

A estudo se caracteriza numa pesquisa qualitativa com análise dos dados por meio de estudo de caso, buscando estabelecer relação com os dados encontrados nas variáveis com o desenvolvimento a partir da instalação Zona Franca. Para tanto, a coleta de dados pautou-se na base de dados consolidados do Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil que utiliza como fonte os dados dos censos demográficos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE referente aos anos de 1991, 2000 e 2010.

Para a apresentação dos estudos realizados, o artigo foi dividido em três etapas: introdução inicial, a segunda parte discute-se o referencial teórico acerca das teorias que envolve o conceito de desenvolvimento regional, a terceira etapa discute-se os conceitos e tipologias de políticas públicas, na quarta etapa se faz a apresentação e discussão dos dados encontrados e por fim as considerações finais.



2 CONCEITOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

A busca por reduzir as desigualdades existentes no Brasil e promover o desenvolvimento regional perpassa a história de descentralização do país promulgado na constituição de 1988. Enquanto provedor de políticas públicas, o Estado tem passado por reformulações sociais e econômicas, no entanto não tem obtido êxito no processo de redução das desigualdades regionais, fato que leva o governo federal a dar mais autonomia aos estados na condução dessas políticas públicas de desenvolvimento. A cooperação financeira e políticas entre federação e estado se torna cada vez mais constante. (SOUZA, 1999)

Nesse sentido, o que se verifica é a construção teórica que Vladimir Lênin considera como desenvolvimento geográfico desigual, fazendo uma reflexão sobre o desenvolvimento, o que pode facilmente ser aplicado ao processo de descentralização e desenvolvimento do Brasil.

Numa perspectiva econômica, o crescimento aponta a conceituação de desenvolvimento. Na obra “A riqueza das nações”, Adam Smith (1776) identifica as causas do crescimento com a alta taxa de lucro positivo, com o crescimento de mercado e a produtividade dos trabalhadores (SOUZA, 2005). Assim, o desenvolvimento se caracteriza pelo aumento de indicadores econômicos, melhoria em infraestrutura, melhor distribuição de renda e aumento nos índices de bem-estar da população.

Aliado ao pensamento econômico de Adam Smith (1776), Baldwin (1979) considera como desenvolvimento econômico o processo no qual, ao longo de um período de tempo há um aumento na renda nacional real.

Souza (2005) salienta que apesar de haver um certo consenso na maioria das nações em perceber o desenvolvimento a partir do viés econômico, a existência de políticas públicas relacionadas aos objetivos sociais e de bem estar da população, também favorecia o desenvolvimento econômico. Segundo o autor, no Brasil o pensamento econômico envolve correntes neoliberal, desenvolvimentista, socialista e até um pensamento eclético.

No que se refere ao desenvolvimento regional, Isard apud Souza (2009) ressalta que o conceito de região não pode ser pensado apenas no contexto econômico, mas deve incorporar conceitos demográficos, sociais e tecnológicos, observando o caráter multidisciplinar e as características peculiares.



Partindo do contexto político administrativo, Cabugueira (2007) reitera que a delimitação regional se estabelece pelas fronteiras territoriais. Dessa forma, coaduna-se com os estudos acerca do desenvolvimento regional aspectos relacionados a teoria econômica espacial, teoria do crescimento econômico e legislações que estabelecem e determinam os caminhos do crescimento.

A teoria econômica espacial tem suas bases em Johann Heinrich Von Thünen (1826), seguidos por Walter Christaller (1933), Francois Perroux (1955) entre outros, e busca explicar conceitos relacionados ao espaço geográfico das organizações, fatores aglomerativos e desaglomerativos, renda e organização espacial geral. Do mesmo modo, a teoria econômica regional também com base em Von Thünen (1826) relaciona a localização territorial da produção com a sua comercialização e consequente crescimento econômico. Ou seja, o crescimento ou o desenvolvimento está interligado com as abordagens estratégias de localização e de ocupação territorial de mercados (SOUZA, 2009).

Tais teorias refletem a realidade territorial das nações, principalmente aquelas mais extensas, com distâncias territoriais internas longínquas, as quais o acesso a novos mercados e novas tecnologias ocorrem tardiamente. As dificuldades de acesso se apresenta como fator inibidor do desenvolvimento, desencadeando a ampliação das desigualdades regionais. Sob o mesmo ponto de vista, Souza (2009) relata que a política de desenvolvimento regional visa a distribuição de polos urbanos e industriais no interior das regiões como forma de conter uma concentração demográfica em um determinado local em detrimento de outro. O fato é que nem sempre tais políticas são efetivas.

Em relação ao desenvolvimento desigual existente, Gunnar Myrdal (1957) apresenta um dos mais importantes estudos sobre os desdobramentos da teoria do desenvolvimento, denominado “teoria da causação circular acumulativa”. Myrdal (1957) pregava que que o sistema social não era capaz de modificar-se a fim de proporcionar um equilíbrio de forças. O desenvolvimento dependeria então, de outras forças instituições para avançar.

Outra importante corrente teórica acerca do desenvolvimento regional é a concepção do desenvolvimento local/regional endógeno surgido na década de 1980, no qual preceitua que o êxito do crescimento de determinadas regiões se deve a performance interna. Paul Romer e Robert Lucas (1986) foram os precursores dessa



teoria que considera fatores como “capital humano, conhecimento, informação, pesquisa e desenvolvimento, os quais somados a capacidade criativa e inovadora funcionaria como vantagens competitivas regionais”. (AMARAL FILHO, 1996, p. 41).

A teoria do desenvolvimento endógeno surge a partir ruptura com teoria tradicional do desenvolvimento. Na definição de Amaral Filho (1999, p.2), a desenvolvimento endógeno é:

(...) um processo de crescimento econômico implicando em uma contínua ampliação da capacidade de agregação de valor sobre a produção bem como da capacidade de absorção da região, cujo desdobramento é a retenção do excedente econômico gerado na economia local e/ou a atração de excedentes provenientes de outras regiões. Este processo tem como resultado a ampliação do emprego, do produto e da renda do local ou da região mais ou menos definido dentro de um modelo específico de desenvolvimento regional.

Tal definição incorpora-se aos novos conceitos organizacionais e as formas de se organizarem, potencializando as capacidades de uma região ou comunidade, para que a mesma possa ser sustentável ao longo do tempo. Acrescentando os estudos, Amaral Filho (1996) afirma que o modelo de desenvolvimento proposto estende as bases de decisões autônomas por parte dos atores sociais, os quais tem o poder de interagir diretamente no caminho do desenvolvimento regional ou local. No entanto, não se trata de um modelo fechado e estático, mas um modelo capaz de estabelecer e fomentar uma sociedade apta a prover por si mesma como modelos e meios de produção, de modo o cumprir com a suas necessidades básicas e ampliar a integração entre as pessoas (SERRA E FERNANDEZ, 2004).

Ainda nesta perspectiva, Barquero (1995) apresenta o desenvolvimento regional endógeno em duas dimensões, sendo a primeira numa perspectiva econômica, na qual a sociedade empresarial local utiliza sua capacidade para organizar os fatores produtivos da região e a segunda uma dimensão sociocultural, onde os valores e as instituições locais servem de base para o desenvolvimento da região. Neste pensamento, a implementação de políticas públicas torna-se como fator propulsor do desenvolvimento, sem ser o fator principal, mas a variável estratégica necessária.

Sob este prisma do desenvolvimento econômico surge na década de 1970 os estudos acerca do desenvolvimento sustentável como resposta da Organização das Nações Unidas – ONU as mudanças climáticas ocorridas. O conceito alia



desenvolvimento econômico com desenvolvimento social e ambiental, numa perspectiva denominada de *triple bottom line* (ELKINGTON, 1994).

Apesar de não haver uma definição única, numa visão geral, Klink (2001) Apud Santos (2005), reitera que o termo sustentabilidade engloba o crescimento e desenvolvimento econômico com a conservação ambiental. Logo, o conceito engloba três grandes objetivos, a saber: a eficiência econômica, a igualdade social e integridade ambiental.

Desenvolvimento sustentável é conceito sistêmico sob um entendimento de desenvolvimento global. O termo foi usado pela primeira vez no relatório de Brundtland (1987) elabora pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Em consonância com o relatório o desenvolvimento sustentável, “procura satisfazer as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades” (NOSSO FUTURO COMUM, 1988).

Enquanto estratégia de desenvolvimento sustentável no Brasil, tem-se a agenda 21 que incentiva o país a desenvolver e harmonizar políticas de desenvolvimento para os diversos setores, agregando capacidades governamentais, da sociedade civil e do setor privado para uma visão de futuro sustentável. De acordo com Arnt (2010) para o alcance do desenvolvimento sustentável é necessário superar impasses e construir consensos. A agregação de forças retoma a ideia do desenvolvimento endógeno, com discussões partidárias e consensuais.

Diante das diversas correntes teóricas e as ambiguidades científicas em relação ao papel de cada instrumento para promoção do desenvolvimento regional, Cavalcante (2008) infere sobre a necessidade de haver estratégias de desenvolvimento de forma individualizadas, haja vista que não há uma única diretriz aplicável a todas as regiões.

Posterior a essa breve revisão acerca dos conceitos e reflexões sobre desenvolvimento regional, passa-se a reflexão sobre políticas públicas voltados a promoção do desenvolvimento regional no Brasil.

3 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O DESENVOLVIMENTO

Os estudos acerca de políticas públicas não dispõem de uma teoria uniforme, mas parte da combinação moderna de métodos e um foco novo e peculiar, transitando por concepções econômicas, políticas, administrativas entre outras. Segundo Souza



(2006) a área de políticas públicas considera os pesquisadores H. Laswell, H. Simon, C. Lindblom e D. Easton como os pais fundadores da área.

Na década de 30, Lasweel (1936) introduziu o termo *policy analysis* (análise de política pública) relacionando conhecimento científico com a produção empírica dos governos. Simon (1957) aplicou o conceito de racionalidade limitada dos decisores públicos (*policy makers*) tendo em vista que esta racionalidade poderia ser minimizada pelo conhecimento racional. Lindblom (1959; 1979) considerou os conceitos do racionalismo de Laswell e Simon propondo a integração de outras variáveis como relações de poder e junção de diferentes fases do processo decisório. Por sua vez, Easton (1965) definiu política pública como um sistema, ou seja, uma relação entre formulação, resultado e ambiente.

Política pública pode ser vista numa acepção ampla, sob uma visão holística abrangendo diversas disciplinas, teorias e metodologias. O desenho e formulações de políticas públicas são desdobrados em planos, programas, projetos e sistemas de informação e pesquisas. Na concepção de Frey, (1997, p. 243), a realização de estudos sob a dimensão material de políticas públicas pressupõe “um conhecimento geral dos processos de resolução de problemas”, isso porque é necessário um conhecimento satisfatório tanto em relação às instituições quanto em relação aos processos político-administrativos para se criar um quadro de referência para a análise de cada campo de política (FREY, 1997).

Num contexto brasileiro, a política pública vai ao encontro de diferentes formas de apoio e de rejeição e as disputas pelo qual passa suas decisões atuam por arenas diferenciadas (FREY, 1997). Theodor Lowi (1972) apresentou o conceito de *policy arena* que pressupõe que as “reações e expectativas das pessoas são afetadas por medidas políticas” cujo efeito antecipa o processo político de decisão e de implementação, neste contexto, a política pública faz a política. As discussões levantadas por Lowi (1972 apud FREY, 1997) distingue quatro tipos de políticas públicas de acordo com seu caráter, sendo elas: distributivo, redistributivo, regulatório ou constitutivo.

As políticas distributivas como o nome sugere, são decisões do governo que visam distribuir vantagens privilegiando certos grupos sociais em detrimento do todo. As políticas redistributivas são aquelas chamadas universais por abranger um maior número de pessoas e também costumam ser uma política permeada por conflitos. As



políticas do tipo regulatórias envolvem burocracia (ordens, proibições, decretos e portarias), políticos e grupos de interesse. As políticas públicas são mais visíveis ao público pois os custos e benefícios são distribuídos de forma equilibrada a sociedade, assim como determinadas políticas podem atender interesses particulares. Por fim, as políticas constitutivas são aquelas estruturadoras que lidam com procedimentos. Cada tipo de política sinalizada os tipos de programas, planos e projetos que serão planejados e/ou executados como políticas públicas.

No Brasil, tais tipologias de políticas refletem diretamente na forma como as políticas públicas são moldadas visando o desenvolvimento do país. Muitos planos ou programas de governo são voltados para determinada região em detrimento de outra. A década de 1980 é marcada por uma nova forma de pensar políticas públicas, saindo da esfera do planejamento centralizado para uma descentralização política-administrativa, gerando uma regionalização administrativa. Muito mais do que uma divisão de territórios, o planejamento passa a ser concebido visando a equidade inter-regional e abrindo espaço a participação dos atores regionais e locais.

O desenvolvimento regional pode ocorrer de diversas maneiras e ser concebido sob diversos viés teórico, conforme discutido na seção anterior. O plano de regionalização administrativa do governo federal foi um dos impulsos para a promoção do desenvolvimento regional, principalmente para os territórios que se encontravam mais distantes das regiões centrais. A institucionalização de regiões, a governança e a distribuição orçamentária, além da articulação de atores sociais, políticos e econômicos também contribuíram. A governança ocorre quando os atores regionais e locais, conjuntamente, desempenham ações de avaliação de problemas pertinentes às suas regiões ou locais, objetivando observar os problemas de uma melhor forma em comparação com atores nacionais ou supra-nacionais.

4 CENÁRIO DAS ÁREAS DE LIVRE COMÉRCIO NA FRONTEIRA AMAZÔNICA

Com o objetivo de se construir um modelo de desenvolvimento regional sustentável no norte do país, o Governo Federal criou em 1967 a Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA, uma autarquia vinculada ao Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Tendo como sede a cidade de Manaus no estado do Amazonas, a SUFRAMA busca alternativas econômicas para



atrair empreendimentos para a região amazônica, visando a geração de renda, emprego e desenvolvimento sustentável.

Seguindo a estratégia de promover o desenvolvimento, foram criadas Áreas de Livre Comércio - ALCs descentralizadas da cidade Manaus, com o objetivo de promover o desenvolvimento das cidades de fronteiras internacionais localizadas na Amazônia Ocidental. A institucionalização destas áreas visava integrá-las ao restante do país, oferecendo benefícios fiscais semelhantes aos da Zona Franca de Manaus no aspecto comercial, com incentivos do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS).

Os objetivos principais das ALCs são a melhoria na fiscalização de entrada e saída de mercadorias, o fortalecimento do setor comercial, a abertura de novas empresas e a geração de empregos. Nessas áreas, boas opções de negócios se dão a partir de investimentos em matéria-prima local utilizando-se dos incentivos fiscais ou até mesmo da instalação de comércios atacadistas de produtos importados para atender às necessidades das populações locais e adjacentes.

Atualmente, as Áreas de Livre Comércio contempladas no perímetro do modelo Zona Franca de Manaus são as seguintes: Boa Vista e Bonfim no Estado de Roraima; Tabatinga, no Estado do Amazonas; Macapá e Santana, no Estado do Amapá; Guajará-Mirim no Estado de Rondônia; Brasiléia com extensão a Epitaciolândia e Cruzeiro do Sul no Estado do Acre.



Figura 1 - Mapa das Áreas de Livre Comércio na Amazônia



Fonte: SUFRAMA

Com o intuito de analisar o desenvolvimento regional a partir da instalação da área de livre comércio, foi delimitado como locus de pesquisa a ALC de Guajará-Mirin localizada no Estado de Rondônia, na área de fronteira com a cidade de Guayaramirim na Bolívia. Instituída pela Lei n. 8.210 de 19/07/1991 e regulamentada pelo Decreto n. 843 de 23/06/1993, a criação previa livre comércio de importação e exportação sob regime fiscal especial com a finalidade de promover o desenvolvimento da região do extremo noroeste do Estado, além incrementar as relações bilaterais com os países vizinhos de acordo com a política de integração latino-americana.

Considerando a missão da Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA em “*promover o desenvolvimento econômico regional, mediante geração, atração e consolidação de investimentos, apoiado em educação, ciência, tecnologia e inovação, visando à integração nacional e inserção internacional competitiva*”, o estudo pretende avaliar o desenvolvimento da região da Guajará-Mirin utilizando como base as variáveis renda, emprego, educação e índice de desenvolvimento humano a partir da instalação da zona franca.



5 ANÁLISE DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL: O CASO DE GUAJARÁ-MIRIN

A história de Guajará-Mirin é inerente a história do Estado de Rondônia, sua povoação e o desbravamento do norte do país. Sua localização já era conhecida desde o século XVIII, como ponto de referência da rota fluvial. No início do século XX teve destaque por escolhida como ponto final da estrada de ferro Madeira-Mamoré no auge da exploração da borracha. Em 1928, o Poder Legislativo aprova a solicitação para instalação do município e comarca de Guajará-Mirin, o qual é aprovado pelo então governador através da lei 991 de 12/07/1928. Já em 10 de abril de 1929 é de fato instalado a comarca e município de Guajará-Mirin. Em 1943 passa ser constituído o Território Federal do Guaporé pelo Decreto-Lei 5812, mantendo a mesma denominação. Segundo dados do IBGE (2016), o município localizado na II microrregião do Estado de Rondônia ocupa uma área 24.855.724 km² e uma população de 47.048 habitantes.

A história do município é marcada por avanços e retrocessos. Apesar da Zona Franca de Manaus ter sido instalada no ano 1967, as políticas públicas para desenvolvimento para Amazônia ainda eram centralizadas. Como forma de maximizar o desenvolvimento e expandi-lo a outros territórios, foi promovido a descentralizada de Unidade da SUFRAMA em 1991 através da Lei n. 8210.

O Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil é uma plataforma de consulta de índice de desenvolvimento humano municipal (IDHM) de 5.565 municípios brasileiros de 27 unidades da federação (UF). Os dados apresentados pelo Atlas Brasil foram extraídos dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010 e reúne mais de 200 indicadores de demografia. De acordo com a proposta de análise, foi observado os seguintes índices do município de Guajará-Mirin.

Tabela 1 – Índices do Município nos anos segundo Censo dos anos 1991, 2000, 2010

Índice	Ano 1991	Ano 2000	Ano 2010
IDHM	0,468	0,573	0,657
Educação	0,247	0,398	0,519
Renda	0,625	0,638	0,663
Trabalho	-	67,24 %	62,55 %

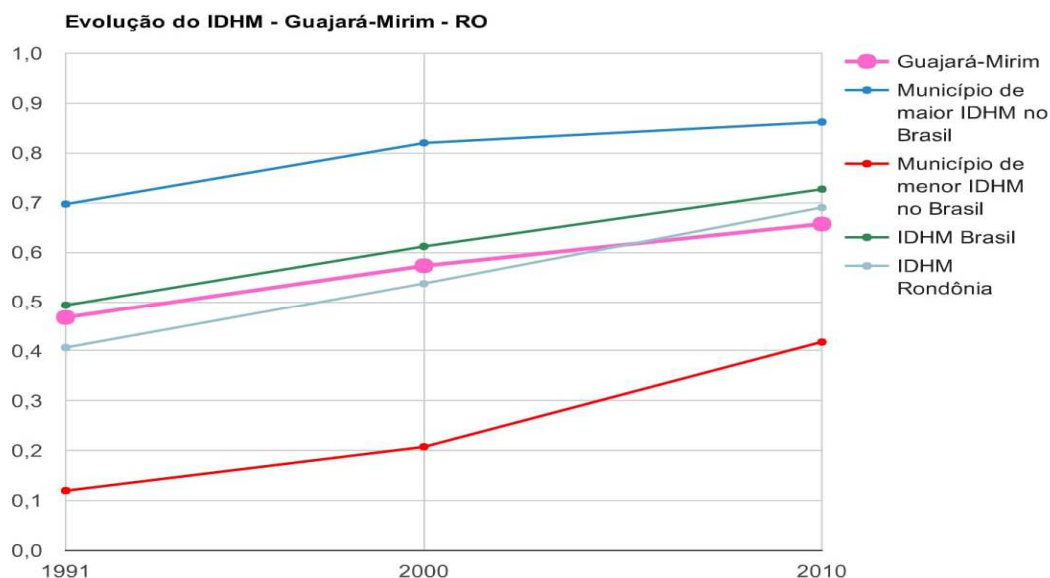
Fonte: Atlas Brasil 1991,2000.2010.

O índice ideal para cada variável seria o equivalente a 1. Neste sentido, percebe-se que nenhuma das variáveis encontra-se na situação considerada como



ótima, ou desenvolvimento pleno. Considerando que a instalação da Zona Franca se deu em 1991, percebe-se que não houve avanços significativos, conforme demonstra o gráfico 1. Em 2010, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) de Guajará-Mirim era de 0,657, o que coloca o município na faixa de Desenvolvimento Humano Médio (IDHM entre 0,600 e 0,699). Contribuiu para essa dimensão o crescimento do índice de Renda com média 0,663, e de Educação, com índice de 0,519.

Gráfico 1 - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal



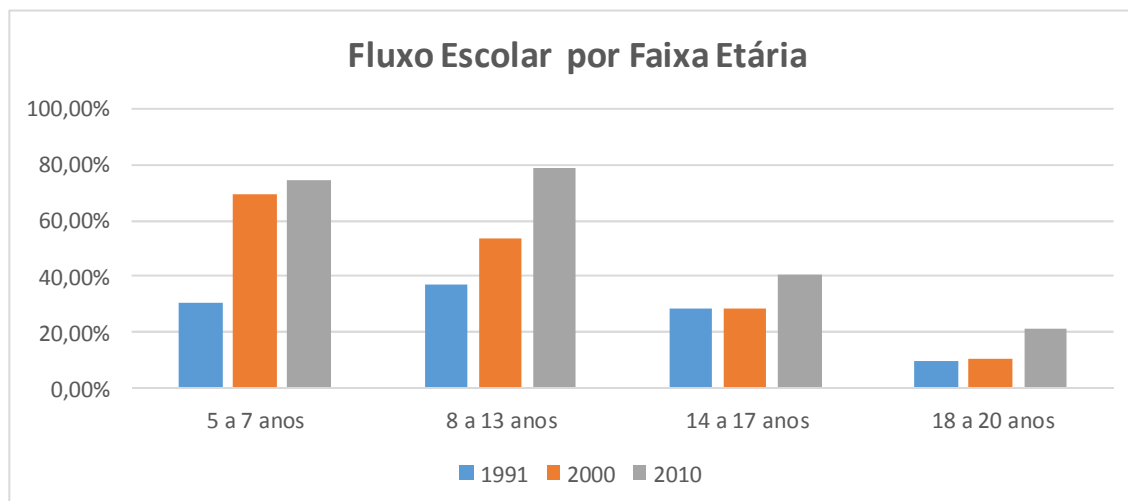
Fonte: Atlas Brasil

O que se verifica por meio do gráfico é que a proporção de crescimento do município acompanhou o crescimento do país, o não se pode atribuir tal fator a instalação da Zona Franca. O IDHM passou de 0,468 em 1991 para 0,573 em 2000, o que equivale a uma taxa de crescimento de 22,44%. Já no interstício de 1991 a 2010 o crescimento do IDHM do município foi de 40,38 % enquanto o estado de Rondônia teve um crescimento de 47% no mesmo período.

Os índices da educação foram os que mais tiveram crescimento, saindo de 0,247 em 1991 para 0,519 em 2010.



Gráfico 2 – Índice Educação nos anos 1991, 2000, 2010



Fonte: Atlas Brasil

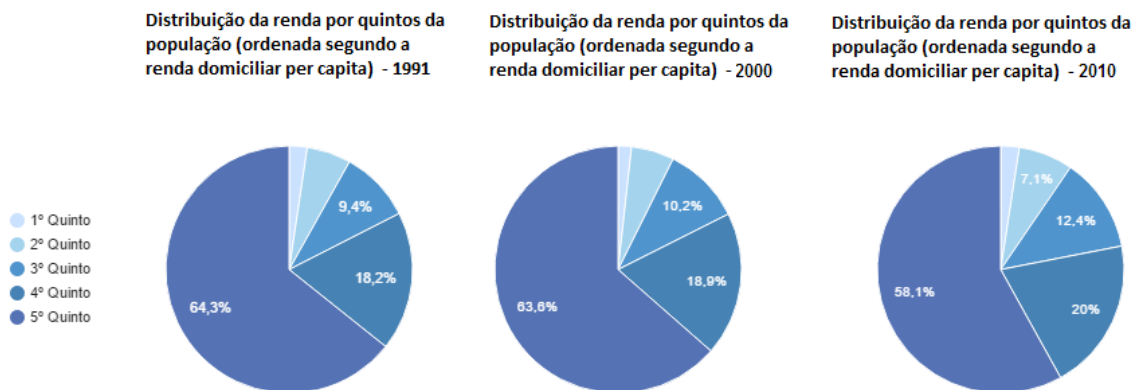
O crescimento gradativo da educação ocorreu em todas as faixas etárias e em todos os anos de avaliação. No entanto, o crescimento ainda é menor que média do Estado e a média nacional.

Segundo as informações do Atlas Brasil a renda per capita média do município de Guajará-Mirim cresceu 26,40% nas últimas duas décadas, passando de R\$ 391,37, em 1991, para R\$ 422,65, em 2000, e para R\$ 494,69, em 2010.

Para descrever a evolução da desigualdade de renda nos períodos de análise o Atlas Brasil utiliza o Gini que é um instrumento usado para medir o grau de concentração de renda e aponta a diferença entre o rendimento dos mais ricos e mais pobres, sendo representado numa escala de 0 a 1. Utilizando a métrica do índice de Gini, a evolução da desigualdade de renda passou de 0,60, em 1991, para 0,60, em 2000, e para 0,54, em 2010.



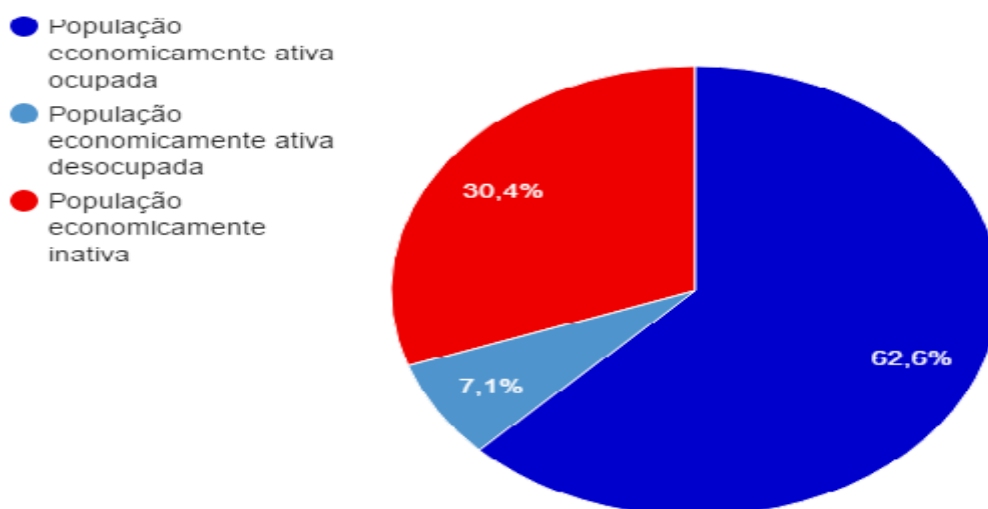
Gráfico 3 - Distribuição de Renda nos anos 1991, 2000, 2010



Fonte: Atlas Brasil

O cenário da renda do município não sofreu grandes mudanças entre os períodos analisados, o que representa que não houve um fator que pudesse influenciar no aumento na renda per capita.

Gráfico 4 - Composição da população de 18 anos ou mais de idade – 2010



Fonte: Atlas Brasil



O cenário trabalhista apresentado pelo Atlas Brasil, demonstra que o percentual da população que era economicamente ativa (18 anos ou mais) passou de 67,24% em 2000 para 62,55% em 2010. A taxa de desocupação também reduziu de 14,18% para 7,07% no ano de 2010. O setor de serviços é o que apresenta o maior índice de ocupação com 51,64%, seguido pelo setor do comércio com 18,26% e pelo setor agropecuário com 11,33%.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados levantados na pesquisa não permite relacionar o implantação do Área de Livre Comércio em Guajará-Mirin com o crescimento ou desenvolvimento do município, haja vista que no mesmo período o estado de Rondônia teve crescimento superior aos apresentados na pesquisa.

Algumas políticas públicas como implantação centros educacionais favorecem o desenvolvimento da região, o pode ser avaliado como uma possibilidade para o aumento dos índices educacionais.

Entre 1991 a 2000 o município teve um aumento da população numa taxa média anual de 1,74% enquanto o estado teve aumento 2,22%. Já na década seguinte o aumento população de Guajará-Mirin foi de 0,91%, abaixo da média estadual. O que revela uma migração para o norte do país, não representando entretanto relação com Zona Franca de Guajará-Mirin.

Para melhor definir os fatores que contribuem para o desenvolvimento da região, são necessários outros estudos com o detalhamento de outras variáveis e entrevistas. É fato que as políticas públicas favoreceram a região ou foram base para a migração de pessoas para o município, haja vista que a territorialidade do Estado de Rondônia está relacionado com o surgimento e emancipação do município de Guajará-Mirin.

Não é possível relatar se fatores endógenos contribuíram para o aumento do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM, mesmo que de forma não tão significativa. Fatores territoriais como a fronteira internacional e proximidade com a cidade boliviana podem ser apontados como condicionantes para o crescimento. É possível relacionar o crescimento do município com a construção teórica de Vladimir Lênin sobre o desenvolvimento geográfico desigual, pois apesar de ser um território já



conhecido desde o século XVIII, sua evolução não acompanhou o resto do país ou mesmo o próprio Estado.

REFERÊNCIAS

AMARAL FILHO, Jair do. **Desenvolvimento Regional Endógeno em um Ambiente Federalista**. Planejamento e Políticas Públicas, N.14- Dezembro de 1996.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. Rio de Janeiro, PNUD, IPEA, Fundação João Pinheiro, 2017. Disponível em <<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/consulta/>> Acesso em 10/05/2017 às 23:19:00.

ARNT, Ricardo. **O que os Economistas pensam sobre sustentabilidade**. São Paulo – SP, Editora 34, 2010.

BALDWIN, R. E. **Desenvolvimento e Crescimento Econômico**. São Paulo, Pioneira, 1979.

BARQUERO, A. V. **Desenvolvimento local: novas dinâmicas na acumulação e regulação do capital**. Tradução Ricardo Brinco. Ensaios FEE, Porto Alegre, Ano 16, v. 1, p. 221-241, 1995.

BARQUERO, A. V. **Desenvolvimento Endógeno em tempo de globalização**. Tradução Ricardo Brinco. Fundação de Economia e Estatística, 2001.

CABUGUEIRA, Artur Carlos C. M. **Do Desenvolvimento Regional ao Desenvolvimento Local. Análise de alguns aspectos de política econômica regional**. São Paulo: Revista Gestão e Desenvolvimento, 2000.

CAVALCANTE, Luis R. M. T. **Produção teórica em economia regional: uma proposta de sistematização**. Revista Brasileira de estudos Regionais e Urbanos. São Paulo, vol. 02, n. 01, 2008. (p. 09-32).

CRESWELL, John W. Projeto de pesquisa métodos qualitativo, quantitativo e misto. In: **Projeto de pesquisa métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 3.ed. Artmed, 2010.

ELKINGTON, J. **Towards the sustainable corporation: Win-win-win business strategies for sustainable development**. California Management Review, 1994. Disponível em: <<http://journals.sagepub.com/doi/abs/10.2307/41165746>>. Acesso em: 15/04/2017, 15:47:00.

FREY, Klaus. **Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil**. Planejamento e políticas públicas, n. 21, 2009. Disponível em <<http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/viewFile/89/158>> Acesso em 26/04/2017

MYRDAL, Gunnar. **Teoria econômica y regiones subdesarrolladas**. Trad. Ernest Cuesta e Oscar Soberón. México: Fondo de Cultura Económica, 1957.

VIII Seminário Internacional sobre

Desenvolvimento regional

Territórios, redes e
Desenvolvimento Regional:
Perspectivas e Desafios



Programa de Pós-Graduação
**Desenvolvimento
Regional**
mestrado e doutorado



NOSSO FUTURO COMUM (Relatório Brundtland). **Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getulio Vargas, 1988.

SERRA, Mauricio A.; FERNANDEZ, Ramon G. **Perspectivas da Amazônia: motivos para o otimismo e para o pessimismo**. Campinas - SP, Revista de Economia e Sociedade, 2004.

SANTOS, Thereza Carvalho. **Ordenamento Territorial**. Anais da Oficina sobre a Política Nacional de Ordenamento Territorial, Brasil- MIN, Brasília – DF, 2005.

SOUZA, Nali de Jesus de. **Desenvolvimento Regional**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1999

SOUZA, Nali de Jesus. **Desenvolvimento Econômico**. 5º ed. Revisada e ampliada. São Paulo: Atlas, 2005.

SOUZA, Nali de Jesus. **Desenvolvimento Regional**. São Paulo: Atlas, 2009.